

ATA/PISF/SLG/042-11

## ATA DE REUNIÃO

Instituição	Participantes	E-mail
MI	Elianeiva de Q. Viana Odísio	<a href="mailto:elianeiva@gmail.com">elianeiva@gmail.com</a>
MI	Helena Oliveira de Barros Mota	<a href="mailto:helenaobarros@gmail.com">helenaobarros@gmail.com</a>
FUNAI	Ana Cacilda Rezende Reis	<a href="mailto:ana.reis@funai.gov.br">ana.reis@funai.gov.br</a>
FUNAI	Júlia de Paiva Pereira Leão	<a href="mailto:julia.paiva@funai.gov.br">julia.paiva@funai.gov.br</a>
CMT Engenharia	Ramom Campos Bastos da Silva	<a href="mailto:ramom.slg@cmtengenharia.com.br">ramom.slg@cmtengenharia.com.br</a>
CMT Engenharia	Valtercio Evangelista da Silva	<a href="mailto:valtercio.slg@cmtengenharia.com.br">valtercio.slg@cmtengenharia.com.br</a>
Comunidade Indígena Tumbalalá	Índios Tumbalalá, que assinam a lista de presença	

### 1. DADOS GERAIS

**Data:** 18/06/2011

**Local:** Escola Municipal do Pambu, no município de Abaré – BA.

**Objetivo:** Atualizar informações e repactuar as ações previstas para o Povo Indígena Tumbalalá no âmbito do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas, item 12, do Projeto Básico Ambiental - PBA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

### 2. PAUTA

- Informar sobre o cronograma das obras do PISF;
- Atualização e repactuação das ações previstas para o Povo Indígena Tumbalalá.

### 3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Aos dezoito dias de junho do ano de dois mil e onze, no horário das quinze horas, representantes do Ministério da Integração Nacional – MI, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e da CMT Engenharia Ltda e representantes do Povo indígena Tumbalalá, reuniram-se na Escola Municipal do Pambu, no município de Abaré - BA para repactuar as ações previstas para o Povo Indígena Tumbalalá no âmbito Projeto Básico Ambiental nº 12 (Programa de



### 3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Desenvolvimento das Comunidades Indígenas) do PISF. A Sra. Júlia Paiva (FUNAI) fez a abertura da reunião, apresentando o objetivo da mesma e um resgate histórico dos acontecimentos nos anos de 2005, 2006 e 2007 que geraram a pauta de reivindicações dos povos indígenas. Em seguida, a Sra. Ana Cacilda (FUNAI), realçou o papel do Ministério da Integração Nacional (MI) como órgão empreendedor e o da FUNAI como órgão interveniente no licenciamento ambiental do PISF. Dando prosseguimento à reunião, a Sra. Elianeiva Odísio (MI) sugeriu que os participantes da reunião se apresentassem, o que foi acatado por todos. Após a apresentação, o Cacique Tumbalalá Cícero Santana comentou sobre os impactos ambientais causados pelas obras do PISF ao Povo Tumbalalá. No mesmo contexto, o Sr. Horlando Tumbalalá, comentou sobre as demandas não atendidas até o momento e citou que atualmente existem mais demandas do que as que foram pactuadas anteriormente, principalmente ambientais. Esse Sr. salientou que a FUNAI, embora conheça a situação da aldeia, não vem providenciando melhorias ao Povo Tumbalalá. Prosseguindo a discussão, o Cacique Cícero Santana informou que a FUNAI publicou um mapa fundiário da delimitação do território dos Tumbalalá diferente daquele reivindicado pelos indígenas, excluindo uma fração importante desse território, fato que gerou insatisfação local. Em seguida, o mesmo destacou que a FUNAI não corrigiu o referido erro, durante o prazo de noventa dias previsto para adequações e lamentou a falta de interesse deste órgão. O cacique Miguel solicitou que o processo para a regularização do território reclamado, seja encaminhado ao Ministério da Justiça, sendo essa ação, no momento, a mais importante para o povo Tumbalalá. Posteriormente o mesmo fez críticas à FUNAI, informando que essa instituição criou um “Sistema de exclusão dos índios”, comentando que a Guarda Nacional está impedindo a entrada dos índios na FUNAI. Dando continuidade, solicitou às representantes da FUNAI que providenciassem uma agenda de reunião junto à Diretoria de Proteção Territorial da Funai, com participação do Presidente da Funai e do Ministério Público Federal, em Brasília/DF, para debater a questão da demarcação do território e a desintrusão dos não-índios. O cacique Tumbalalá finalizou suas palavras, alertando que se essa última demanda não for atendida, o Povo Tumbalalá providenciará a desintrusão por conta própria. Em resposta, a Sra. Julia Paiva (FUNAI) comentou que não está em sua alçada marcar a reunião pleiteada, em virtude de pertencer a outro departamento e, com isso, não poderá atender a solicitação. A



### 3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES

mesma mencionou que a desintrusão está na pauta da FUNAI, no entanto, a equipe dessa Fundação é pequena para atender todas as demandas. Posteriormente, o Cacique Cícero e os demais índios presentes solicitaram apoio ao Ministério da Integração Nacional (MI) para providenciar a locação de um ônibus para a ida de uma comissão de índios ao Ministério Público Federal em Brasília - DF, para tratar da delimitação de seu território. A Sra. Elianeiva Odísio (MI) comentou que irá levar a solicitação ao Ministério da Integração Nacional (MI), mas alertou que não tem garantias de atendimento. Em seguida, falou sobre o processo de demarcação das terras Tumbalalá, apresentando alguns documentos que oficializaram o repasse financeiro do MI ao INCRA para a regularização fundiária, bem como à FUNAI para a desintrusão dos posseiros do território indígena Tumbalalá. Prosseguindo, a Sra. Elianeiva Odísio (MI) esclareceu que a presença dos representantes do Ministério da Integração Nacional (MI) na reunião tem como objetivo apresentar os motivos do atraso na implementação das ações pactuadas com os Povos Indígenas presentes na região onde estão ocorrendo às obras do PISF, bem como fazer a atualização necessária para repactuação dessas ações de acordo com o novo cronograma das obras do PISF (biênio 2012-2013). Em seguida, a Sra. Ana Cacilda (FUNAI), informou que os procedimentos para a definição do Território Tumbalalá consideraram os critérios técnicos, complementando que o relatório antropológico apresentado era inconsistente e que a FUNAI não poupou esforços para a definição do Território do Povo Tumbalalá. Continuando, a mesma comentou sobre a importância da reunião para viabilizar aos povos indígenas seus direitos e enfatizou que a FUNAI vai fiscalizar o cumprimento das condicionantes referentes aos povos indígenas. A Sra. Ana Cacilda (FUNAI) concluiu sua palavra comentando sobre a metodologia utilizada na reunião para verificação da pertinência das ações pactuadas com vistas à sua atualização e repactuação, acrescentando que a partir desse ponto será elaborado um instrumento jurídico a ser firmado entre o empreendedor MI, FUNAI e os Povos Indígenas. Na sequência a Sra. Elianeiva Odísio (MI) destacou que algumas das ações repactuadas poderão ser iniciadas este ano, com previsão para conclusão em 2012.

Decorridas as discussões e esclarecimentos, procedeu-se à leitura do elenco de ações pactuadas, gerando com isso, o debate sobre cada uma dessas ações, que foram repactuadas conforme Anexo III.



#### 4. ENCAMINHAMENTOS

- Os encaminhamentos dessa reunião estão descritos na Planilha de ações repactuadas (Anexo III).

#### 5. ANEXOS

**Anexo I.** Memorial Fotográfico.

**Anexo II.** Lista de Presença.

**Anexo III.** Ações Repactuadas com o Povo Indígena Tumbalalá.

**OBS: Todos os participantes da reunião supramencionada que desejarem realizar modificações nesta Ata deverão apresentá-las à CMT Engenharia Ltda. em até 02 dias após o seu recebimento. A CMT Engenharia Ltda. procederá conforme encaminhamentos contidos nesta Ata caso não receba por escrito qualquer comentário.**



## Anexo I. Memorial Fotográfico



Foto 01 – Momento da reunião com a T. I. Tumbalalá.



Foto 02 – Momento da reunião com a T. I. Tumbalalá.

**Anexo II. Lista de Presença.**



Ministério da Justiça  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM  
Coordenação de Licenciamento Ambiental - COLIC

**Lista de Presença - Reunião**  
Assunto: Projeto de Integração do Rio São Francisco  
Local: TI Tumbalala  
Data: 18/06/2011

	Nome	Comunidade ou Instituição	Contato
01			
02	Água Lavada Pequena Reis	FUNAI / CGGAM	61-8272-9547/3313-3697
03	Água de Paraíso P. São	FUNAI / CGGAM	(61) 9147-7284/3313-3652
04	Água Divina de Santa Meta	MI	(81) 8660-5978 / (87) 3871-2575
05	Chameirão Delicado	MI	(61) 3445563 / (61) 93112372
06	Rancho Campos Santo L. Fl.	CNT / SLG	(87) 9857-7720
07	Valeão E. Vergilino da Silva	CNT / SLG	(81) 81028415
08	Sumé de São João Silva de Santana	Tumbalala	
09	SPC Augusto Alves de Santana	Tumbalala	
10	Ray Rosalva dos Santos Silva	Tumbalala / Romaria	(87) 9108-7752
	Zuleno Alves de Santana	Tumbalala	(97) 9122-8594



**Anexo II. Lista de Presença (continuação).**

 Ministério da Justiça Fundação Nacional do Índio - FUNAI Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGSAM Coordenação de Licenciamento Ambiental - COLIC			
11	Tomazete Carneiro de Souza	Jumbalala	-
12	Antônio S. M. de S. e Silva	Jumbalala	87.9912.3108 / 87.9173.5150
13	Marcelo de S. M. de S. e Silva	Jumbalala	vid@jumbalala@hbtmail.com
14	Luciene Pereira Santos	Jumbalala	
15	Márcia de S. M. de S. e Silva	Jumbalala	Dosimo - Jumbalala@hbtmail.com
16	Valter de S. M. de S. e Silva	Jumbalala	vid@jumbalala@hbtmail.com
17	Adriana de S. M. de S. e Silva	Jumbalala	antonio@hbtmail.com
18	Adriana de S. M. de S. e Silva	Jumbalala	antonio@hbtmail.com
19	Miguel M. Barbosa	Jumbalala	8799889729 / 97644866
20	Robson Gomes dos Santos	Jumbalala	vid@hbtmail.com / 8799041330
21	Maria de S. M. de S. e Silva	Jumbalala	
22			
23			



### Anexo III. Ações Repactuadas com o Povo Indígena Tumbalalá.

Ação	Ações Negociadas com o Povo Indígena Tumbalalá	Situação em Junho/2011	Encaminhamentos do Dia 18/06/2011
1. Sistema de Radiofonia	Instalação do Sistema de Radiofonia para comunicação entre as aldeias	Verificar a pertinência	O povo indígena decidiu substituir esta demanda pela construção de uma estrada (33 Km) interligando a comunidade à BR 116. A equipe do MI levará a decisão à instância superior, entretanto, este assunto será encaminhado ao DNIT para elaboração dos custos preliminares.
2. Construção de Postos de Saúde	Pactuada a construção de 01 Posto de Saúde para comunidade.	Obra iniciada em 06/06/11	Em andamento
3. Construção de Residências de Alvenaria em Alvenaria	Construção de 40 casas de alvenaria em substituição as de taipa na comunidade Tumbalalá.	Das 40 casas de alvenaria, 07 foram concluídas e entregues e as 33 restantes estão em execução.	O Cacique Cícero levantou a possibilidade de ampliação do nº de moradias via MI ou outro programa governamental. O MI encaminhará o assunto para as instâncias superiores.
4. Construção de Banheiros	230 unidades em casas já existentes. Quantidade confirmada através de levantamento de campo.	A executar	Confirmada a demanda. Elaboração de plano de trabalho com a FUNASA
5. Abastecimento e tratamento de água	Implantação dos sistemas na Aldeia Nossa Senhora do Pambu.	A executar	Abastecimento e tratamento de água de Missão Velha a Porto da Vila (Pambu "C"); Ampliação e tratamento de água em Pambu "A".
6. Projeto de Irrigação	Estudo de alternativa para captação e adução de água e elaboração de projetos de irrigação;	Articulação junto a CHESF e a CODEFASF para elaboração do estudo e projeto, se for o caso	Articulação junto a CODEFASF para elaboração do estudo e implantação projeto



	Estudos de solos, descrição e uso atual, forma de melhor aproveitamento;	Articulação junto a CHESF e a CODEFASF para elaboração do estudo e projeto se for o caso	
--	--	--	--

<b>Ação</b>	<b>Ações Negociadas com o Povo Indígena Tumbalalá</b>	<b>Situação em Junho/2011</b>	<b>Encaminhamentos do Dia 18/06/2011</b>
6. Projeto de Irrigação	Elaboração de Projetos de implantação de sistemas de drenagem de solos em áreas irrigadas, se necessária.	Articulação junto a CHESF e a CODEFASF para elaboração do estudo e implantação do projeto se for o caso	
7. Esgotamento Sanitário	Implantação do Projeto existente na Aldeia NS do Pambu	A executar	Articulação com a CODEVASF para Elaborar Projeto Básico de Saneamento e apresentar à comunidade. MI deverá implantar o projeto adequado.
8. Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos	Projeto de Gestão Integrada de Resíduos (coleta seletiva, compostagem, reciclagem, etc) e destinação final dos resíduos	A executar	O MI articulará com o Ministério das Cidades, MDS, MMA e os municípios de Rodelas, Abaré, Curaçá e Xorroxó para desenvolver oficinas e capacitações (educação ambiental) sobre a gestão desses resíduos. Ação a ser desenvolvida concomitantemente à educação ambiental. Implantar projeto de coleta seletiva, em conjunto com a comunidade, e articular ações complementares junto aos gestores dos municípios de Rodelas, Abaré, Curaçá e Xorroxó. O aporte de recursos do Mi irá até a aquisição de materiais necessários à implantação do projeto.
9. Viveiros de Plantas	Implantação de viveiros de plantas medicinais	A executar	Elaboração e implantação de projeto (articular junto a EMBRAPA, CODEVASF)
10. Centro de Capacitação e Treinamento Cultural.	Construção do centro, acervo bibliográfico, som, vídeo, parabólica, data show, DVD, etc.	Aprovado pelo MI o Plano de Trabalho da CRO-7 (Exército). Início das	AGUARDAR EDITAL DE LICITAÇÃO PELA CRO 7



		obras previsto para 2011.	
	Inclusão digital e acesso à internet	A executar	
<b>Ação</b>	<b>Ações Negociadas com o Povo Indígena Tumbalalá</b>	<b>Situação em Junho/2011</b>	<b>Encaminhamentos do Dia 18/06/2011</b>
11. Rede de Energia Elétrica	Aldeias a serem definidas: Salgado, São Miguel, Foice, Riachinho, Bom Passar e Maria Preta.	Articulação junto ao MME para atendimento,	Articulação junto ao MME
12. Projetos Econômicos	Agregar valor aos recursos naturais locais com utilização dos frutos da caatinga	O MI irá elaborar um diagnóstico participativo para um Plano de Capacitação e um Projeto Piloto em função do diagnóstico	O MI irá elaborar um diagnóstico participativo para um Plano de Capacitação e implantação de um Projeto Piloto em função do diagnóstico
12.1. Programas de Cursos e Treinamentos em Atividades Agropecuárias	Programa de recuperação de sementes crioulas e criação de bancos de sementes		
	Programa de incentivo a agricultura orgânica, técnicas de plantio, defensivos e insumos naturais, aproveitamento de água		
12.2. Programas Cursos e Treinamentos em atividades artesanais	Estudos sobre potencialidades locais e de mercado para o artesanato	O MI irá elaborar um diagnóstico participativo para elaborar um Plano de Capacitação	MI irá elaborar um diagnóstico participativo para um Plano de Capacitação e um Projeto Piloto em função do diagnóstico
12.3. Capacitação das Organizações Sociais	Assessoria técnica especializada em atividades econômicas já praticadas e apoio na organização e fortalecimento das organizações sociais		
13. Projetos de Meio Ambiente.	Projeto de reflorestamento e recuperação de matas de galeria, plantio de árvores nativas ao longo do Rio S. Francisco		A executar
13.1. Reflorestamento e Recomposição de Matas Ciliares e			



Recuperação de áreas Degradadas.	Programa de recuperação e conservação de manchas de caatinga com introdução de fauna. Programa de recuperação da região chamada ALOQUE.		A executar
----------------------------------	---	--	------------

<b>Ação</b>	<b>Ações Negociadas com o Povo Indígena Tumbalalá</b>	<b>Situação em Junho/2011</b>	<b>Encaminhamentos do Dia 18/06/2011</b>
13.2. Recuperação e Construção de Sistemas de Drenagem	Estudos dos impactos causados pelos drenos do projeto Pedra Branca	Articular com a CHESF.	Articular com a CHESF.
14. Comunicação Social	Componentes do PBA adequado às especificidades indígenas no que se refere a Comunicação Social	A executar	Produção de material de comunicação sobre o processo de licenciamento e do empreendimento, em dois níveis – para a comunidade e para fora da comunidade, com informações sobre os povos indígenas, o empreendimento e o processo de licenciamento.
15. Educação Ambiental	Programa de Educação Ambiental que considere as especificidades indígenas e abordem: campanha preventiva e educativa ao uso de agrotóxicos e defensivos químicos, noções para reduzir o uso e sobre destinação das embalagens vazias; uso racional da água	Elaborar um plano de capacitação	Implantar um Programa de Educação Ambiental que considere as especificidades indígenas e abordem: campanha preventiva e educativa ao uso de agrotóxicos e defensivos químicos, noções de reduzir, reutilizar e reciclar, uso racional da água, etc.

**NOTA: TODOS OS PROJETOS DEVEM SER ENCAMINHADOS À FUNAI PARA APROVAÇÃO**

